

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

LIANE ALVES DE AMORIM

**MEMÓRIAS E TRAJETÓRIAS DE TRABALHADORES DA
CANA-DE-AÇÚCAR NA BAHIA (1909-1969)**

Salvador-Ba, 2008

LIANE ALVES DE AMORIM

MEMÓRIAS E TRAJETÓRIAS DE TRABALHADORES DA
CANA-DE-AÇÚCAR NA BAHIA (1909-1969)

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGH), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Antonio Luigi Negro (orientador)

Prof. Dr. Walter Fraga Filho (membro)

Prof.Dra. Elciene Azevedo (membro)

Salvador-Ba, 2008

À minha avó Otilia, exemplo de força e
determinação (in memoriam).

Aos meus pais, Balbino e Raimunda, por
me amarem incondicionalmente.

Aos trabalhadores da Usina Dom João, os
protagonistas desta história.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho individual é fruto coletivo do apoio e colaboração de várias pessoas e instituições. Sem elas, ele não se concretizaria. Agradeço a equipe de pesquisa do projeto "Contraponto baiano do açúcar e do petróleo: desigualdades duráveis, relações raciais, modernidade e globalização no Recôncavo - o caso SFC", da qual fiz parte, especialmente ao professor Livio Sansone, e aos colegas Vera Rocha, Rosilene Araújo e Vinícius.

Agradeço à FAPESB, pela concessão de Apoio Regular à Pesquisa. Mais uma vez agradeço a FAPESB pelo apoio concedido ao meu orientador Antonio Luigi Negro, através do Programa Primeiros Projetos.

A CAPES concedeu 12 meses de bolsa de estudo, igualmente agradeço. E estendo os agradecimentos ao Programa de Pós-Graduação em História, pelo apoio recebido, para apresentação dos primeiros resultados de pesquisa no Rio de Janeiro e em São Luís do Maranhão.

Agradeço imensamente ao meu orientador, Antonio Luigi Negro. Pela sabedoria com que orientou e pela longanimidade com a qual me suportou.

Agradeço à banca do Exame de Qualificação - formada pela professora Ângela de Castro Gomes (Cpdoc-FGV) e pelo professor Walter Fraga Filho (UFRB) – pelas valiosas críticas e sugestões, que fizeram em 2006.

O meu agradecimento às professoras Wlamyra Albuquerque e Lígia Bellini, pelo apoio na etapa final deste trabalho. A Marina e D. Lúcia, da Biblioteca da FFCH/UFBA, pela boa vontade. A Anne, bibliotecária da UFF, por me enviar, sempre que precisei, teses e dissertações. Agradeço a D. Maria e Cesário, do Sindicato dos Trabalhadores da Cana-de-açúcar do Estado da Bahia. A Cláudia Santana, oficial do

Cartório de Santo Amaro, que permitiu a consulta de documentos. A José Joaquim de Santana, oficial de justiça aposentado da Comarca de Santo Amaro, que acompanhou o processo de leilão dos imóveis da Usina Dom João, e me contou detalhes deste evento. A José Falcão (ex-usineiro) e Ademário Benício (comerciante), que gentilmente me concederam entrevistas. A Viraldo Ribeiro, do Espaço Bangüê, em Terra Nova.

Aos trabalhadores e trabalhadoras das usinas de açúcar da Bahia, o meu grande reconhecimento. Especialmente os homens e mulheres que trabalharam na usina Dom João, aos quais dedico este trabalho. Agnelo, Manoel Ezequiel, Angelino, Zilar, Dejanira, Florivaldo, Aurinha, Walfredo, Mateus, Germínio, Cecílio, José Bitencourt, José Batista, Mafalda, Raimunda, Ângelo, Pena, Gildete, Tertuliano, Sangagú, Cirilo, Alzira, Antonio, Edvaldo, Rivaldino, João Barbosa, Lourdes, José Antonio, e todos os demais que gentilmente permitiram adentrar nas suas histórias e memórias. Alguns já se foram, outros ainda estão entre nós. Serei eternamente grata a todos.

À saudosa Tânia, que nas minhas idas e vindas a São Francisco do Conde, orientou-me também quanto à localização de ruas, distritos e pessoas. A todas as pessoas anônimas que juntamente com os ex-trabalhadores me orientaram também, nas idas e vindas aos municípios de Santo Amaro, São Francisco do Conde, Terra Nova, Candeias, São Sebastião do Passe, dentre outros.

A Ana J. Tourinho, pela confiança depositada, e pelas muitas horas contando histórias de sua família no Recôncavo baiano. A Sueli, pela hospitalidade quando estive no Rio de Janeiro. A Kátia Lorena e Andréa Teixeira, sou grata.

A amiga Laura Carvalho. Juntas compartilhamos anseios, sonhos e frustrações, desde a seleção do Mestrado até a escrita e finalização do trabalho. Estivemos juntas do início ao fim.

Agradeço às amigas, Ana Angélica, Adna, Daize e Willandy pela amizade sincera.

Serei eternamente grata à minha família. A tia Rilza e tio Luciano. Aos meus irmãos Genilsa, Alessandra e Anderson. À minha saudosa avó Otília, e aos meus pais Balbino e Raimunda. Ao meu esposo Josival, por me sustentar espiritual e emocionalmente, meu eterno agradecimento.

Ao autor da minha fé, que nunca me deixou desistir, nas muitas idas e vindas deste percurso. Ele é a minha força e faz os meus pés como os da corça.

RESUMO

O objetivo central do presente estudo, é conhecer aspectos das histórias e trajetórias dos trabalhadores de uma usina de açúcar do Recôncavo baiano. Trata-se da Usina Dom João, considerada uma das mais importantes de São Francisco do Conde, onde funcionou no período de 1909 a 1969. A memória dos antigos trabalhadores da Usina Dom João e a utilização de outras fontes históricas, tais como, jornais, revistas, fichas de registros de empregados, registros cartoriais, processo trabalhista, comprovantes de pagamentos de salários, dentre outras, trouxe à tona a memória coletiva desse grupo de trabalhadores e reconstruiu parte de suas vivências e experiências. Portanto, o cruzamento dessas fontes nos forneceu elementos que permitiram conhecer mais acerca dos trabalhadores do açúcar na Bahia do século XX, e sua experiência da história.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalhadores da cana-de-açúcar, Recôncavo da Bahia, século XX, memória, relações de trabalho.

ABSTRACT

The purpose of this thesis is to study the history of workers of one specific sugar cane factory from the Recôncavo area, in Bahia. The factory, Dom João, is considered one of the main factories of São Francisco do Conde, where it existed from 1909 to 1969. Old workers' memories about the factory gave us enough elements to understand some of the sugar workers' life in 20th century Bahia, and their experience throughout history. The possibility of using collective memory as the main source of this work brought up a richness of details that traditional written sources alone would not be able to bring to the surface. Nevertheless, the use of written documents contributed to the composition of the scenario and the context where the workers lived and acted. It's through the collective memory of this group that it was possible to rebuild part of their experiences at the sugar cane factory.

KEYWORDS: workers, sugar, 20th century, Bahia, memory.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I	
1969: a falência da Usina Dom João contada por quem a viveu	18
Usina Dom João: história, estrutura e primeiros trabalhadores	42
CAPÍTULO II	
Trabalhadores temporários e trabalhadores fixos	63
Moradia e alimentação na Usina Dom João	73
Trabalho na lavoura açucareira: atividades e hierarquias	85
CAPÍTULO III	
Trajetórias de trabalhadores no mundo açucareiro: trabalho familiar	96
Trabalho infantil: os meninos que “chamavam boi” e os “aprendizes”	108
CAPÍTULO IV	
Getúlio Vargas na memória dos trabalhadores da Usina Dom João	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
ILUSTRAÇÕES, MAPAS E TABELAS	137
FONTES	138
ANEXOS	140
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	143

INTRODUÇÃO

Trabalhador registra queixa trabalhista contra empresa que fechara há mais de 33 anos.

Era 21 de fevereiro de 2002. João Moreira dos Santos, 57 anos, solteiro e residente no município baiano São Francisco do Conde, dirigiu-se ao Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, localizado no município de Santo Amaro, Bahia. O seu objetivo era registrar uma queixa trabalhista contra a empresa em que trabalhara, mais de 33 anos antes. Esta empresa era a *Sociedade Anônima, Agrícola e Industrial - Usina Dom João*, considerada uma das principais usinas de açúcar de São Francisco do Conde, onde funcionou no período de 1909 a 1969.

No processo trabalhista acionado contra a Usina em 2002, constam as seguintes alegações em favor do Reclamante:

O pedido formulado no presente termo de reclamação alcança o valor equivalente a 40 salários mínimos. Declara o reclamante que desconhece o endereço do reclamado, pelo que requer a notificação por edital. Requer baixa na CTPS. Assinatura e/ou baixa na CTPS. Requer a condenação da Reclamada nas parcelas do pedido¹.

João Moreira dos Santos começou a trabalhar na Usina Dom João em 1963, aos 18 anos de idade, na função de trabalhador rural, num contexto de prosperidade para poucos e dificuldades para muitos. Num período marcado pela consolidação das atividades petrolíferas no Recôncavo baiano, e pela decadência paulatina das diversas usinas de açúcar.

¹ Processo de trabalhista n. 16.01.02.0153-01. Tribunal Regional Trabalho da 5ª Região, Santo Amaro/Bahia.

O jornal *A Tarde*, em 1962, relatou o difícil momento que os trabalhadores das usinas de açúcar estavam vivenciando. A matéria do jornal, intitulada “*Trabalhadores na indústria do açúcar queixam-se de empresa*”, traz as seguintes informações:

Os srs. Anísio Araújo Lima e José Ferreira de Souza respectivamente, presidente da Sociedade Beneficente dos Trabalhadores Rurais e Operários do Município de São Francisco do Conde e Delegado da Bahia dirigiram-se ao Ministério do Trabalho, queixando-se contra as empresas: Sociedade Anônima Tourinho, Agrícola e Industrial – Usina Dom João; Sociedade Anônima Magalhães, Comércio e Indústria, Usina Santa Elisa, de Vicente Albuquerque Porciúncula; Fazenda Engenho Novo de Água Guaíba, D. Almerindo Catarino e Fazenda Cajaíba. Alegando os referidos dirigentes sindicais que os trabalhadores dessas empresas, na proporção de 80%, já envelhecidos no seu serviço não têm direito sequer a assinatura de sua carteira profissional, o que lhes rouba a quantidade de empregados, passando a viver em verdadeira situação de abandono. Não gozam férias, trabalham 12 a 15 horas por dia a troco de Cr\$ 80,00 que está muito longe do nível de salário mínimo. Não existem escolas, predominando o analfabetismo, além de outras irregularidades que apontaram e contra as quais pediram medidas saneadoras².

Através dessa matéria, foi possível evidenciar as difíceis condições dos trabalhadores, tanto do setor industrial, quanto do setor rural, das usinas e fazendas de açúcar do Recôncavo baiano. A versão contida no jornal aponta para pontos importantes, também presentes na história de João Moreira dos Santos: a ausência do registro profissional em carteira e as longas jornadas de trabalho.

Voltemos agora desfecho do processo de João Moreira. A Justiça do Trabalho arquivou o processo, alegando tratar-se de uma empresa que havia fechado as suas portas em 1969, ou seja, em 2002 quando já tinham transcorridos mais de 33 anos. Para a justiça, a história se encerrava ali, com o arquivamento do processo, mas, para João Moreira, não. Após ter acesso e ler o processo, procurei seu autor, e, para minha

² Jornal *A Tarde*, 3 de abril de 1962, p. 06.

surpresa, ele havia falecido cerca de uma semana antes de minha chegada. Assim, as informações levantadas, e aqui expostas, foram prestadas pelos parentes dele. Foi revelado que João Moreira dos Santos declarava que iria lutar até os últimos dias de sua vida para ser ressarcido pela antiga Usina. Segundo tais informações, no ano em que a Usina fechou, 1969, os trabalhadores ficaram mais de oito meses sem receber vencimentos. A Usina Dom João faliu deixando um contingente de homens e mulheres, e não só João Moreira com salários vencidos, à espera de uma decisão judicial que reparasse os danos sofridos.

Em 2004, após o conhecimento e acesso a este processo trabalhista fiquei curiosa e queria descobrir mais detalhes sobre João Moreira, sobre esta usina de açúcar em que ele trabalhou e sobre os demais trabalhadores. Queria conhecer detalhes da vida de homens e mulheres que viveram e trabalharam na Usina Dom João. Existia uma curiosidade de conhecer, de saber sobre suas experiências, como foram suas trajetórias, quais eram suas histórias.

A partir daí, iniciei uma pesquisa de campo no Recôncavo baiano, especificamente nos municípios de São Francisco do Conde, Santo Amaro, Terra Nova, São Sebastião do Passé e Candeias, dentre outros, nos quais, gradativamente, fui rastreando ex-trabalhadores da Usina Dom João, e recolhendo seus depoimentos orais.

Ao me aproximar desse grupo expressivo de ex-trabalhadores da Usina Dom João, fui informada das queixas prestadas na Justiça do Trabalho contra a Usina, depois da falência. Ao tentar localizar os processos na Justiça do Trabalho de Santo Amaro fui informada que os mesmos haviam sido incinerados, de forma que não pude recuperar o teor dos mesmos, a não ser através da memória dos ex-trabalhadores da Usina Dom João.

Um dos resultados desta pesquisa de campo, realizada de 2004 a 2006, foi o registro de 84 depoimentos gravados e 8 depoimentos não-gravados, em sua maioria com trabalhadores que exerceram as mais diferentes funções. É importante ressaltar, que durante o período de trabalho de campo, tive a oportunidade de conhecer trabalhadores de outras usinas açucareiras que funcionaram no Recôncavo. Conheci trabalhadores das Usinas Passagem, Santa Elisa, Aliança, Paranaguá, São Carlos, Cinco Rios, Terra Nova e Itapetiguim, dentre outras. Aproveitei a oportunidade e registrei os relatos desses trabalhadores também, uma vez que demonstraram acolhimento e certo entusiasmo. Porém, apesar registrar depoimentos de trabalhadores de diversas usinas da Bahia, a presente dissertação concentra-se em torno dos trabalhadores da Usina Dom João.

Ao longo desta pesquisa, muitas lições foram aprendidas. Uma delas refere-se às particularidades e riquezas pertinentes ao trabalho com memória e história oral. Fazer pesquisa de campo não é uma tarefa fácil, mesmo contando com a boa vontade dos informantes. Trabalhar com memória requer alguns cuidados importantes, como planejar um roteiro para as entrevistas, ouvir atentamente o que é dito, perceber o que não querem dizer, estar atento às palavras, ao silêncio, aos gestos, à expressão corporal, ao olhar e às emoções. Requer cuidado e prudência por parte do pesquisador.

Para a produção das fontes orais, utilizei como parâmetros dois tipos de produções: os relatos das trajetórias e histórias de vidas e as entrevistas temáticas. Recolhido os depoimentos, iniciei uma etapa trabalhosa: a transcrição da maioria das entrevistas. Tive o cuidado de ouvir e ler atentamente os depoimentos, a fim de selecionar as partes relativas às questões desta dissertação. Tarefas árduas que demandaram tempo e trabalho, mas que foram realizadas com dedicação e prazer.

Os informantes, que nesta pesquisa, em sua maioria, foram ex-trabalhadores de usinas e fazendas de açúcar, se dispuseram a ajudar para localizar pessoas, fazendas de cana-de-açúcar pertencentes à usina Dom João, e a outras usinas do Recôncavo. Também possibilitaram o acesso às ruínas de antigas usinas e engenhos. Rastrear homens e mulheres dispersos em áreas geográficas distintas foi um desafio nesta pesquisa. Muitos residiam nos centros das cidades em que a pesquisa foi realizada. Porém, havia aqueles que residiam em fazendas e pequenos distritos de difíceis acessos, mas que mesmo assim, foram localizados.

Foi também através dos ex-trabalhadores que conseguimos levantar as primeiras fontes documentais sobre a Usina Dom João. Encontramos na casa de uma ex-funcionária da Usina, cerca de 600 fichas do Livro de Registro de Empregados contendo registros dos anos de 1909 a 1968. Encontramos também folhas de pagamentos de salários referentes aos anos de 1943, 1946, 1949, 1950, 1951, 1954 e 1957. Na casa de outros trabalhadores localizamos recibos de pagamento de salários e de compra de gêneros alimentícios no armazém da Usina, além das carteiras de trabalho. Certidões, referentes ao período de 1910, 1927, 1942, 1943, contendo informações detalhadas sobre a composição da Usina e de suas fazendas (quantidade de veículos, instrumentos agrários, máquinas, equipamento e casas), foram localizadas no Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas de Santo Amaro.

No Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Açúcar do Estado da Bahia, localizado no município de Terra Nova, identificamos mais de cem fichas de trabalhadores da Usina Dom João, associados ao sindicato. Tivemos acesso também aos Livros de Movimentação de Caixa a partir do ano de 1935, em que verificamos referências aos trabalhadores da Usina Dom João.

Outro importante acesso foi ao arquivo particular da Família Tourinho, antigos proprietários da Usina Dom João. Levamos muitas horas ouvindo depoimentos da neta do proprietário acerca da Usina. Também foram levantadas fontes da imprensa, como os jornais *O Momento* (dos anos 1946 à 1948), e *A Tarde* (dos anos de 1961 à 1962), que fazem referência à Usina Dom João e aos seus trabalhadores, e trouxeram informações importantes quanto às condições de trabalho. Na *Revista Brasil Açucareiro*, com publicações que abrangem o período de 1930-1970, e na *Revista Bahia Rural*, de 1962, identificamos referências às usinas de açúcar na Bahia, incluindo a Dom João.

A busca por informações detalhadas sobre essa Usina e seus trabalhadores levou-me a esse conjunto de documentos. Entretanto, conhecer a vida de homens e mulheres como Agnelo, Raimunda, Cecílio, José, Alzira, Florisval, Zé Batista, Zilar, Zezinho Dedão, Mateus, Nequinha, Cirilo e muitos outros, através da memória (individual e coletiva) que eles trazem consigo, foram os momentos mais enriquecedores, da pesquisa e do Mestrado. Conhecer pessoalmente esses sujeitos, oriundos do mundo do açúcar, saber das suas experiências e vivências no período em que trabalharam na Usina Dom João, foi uma experiência valiosíssima. E a história de cada um, e de todos eles, ao mesmo tempo, é o ponto de onde parto, e aonde chego.

A localização de uma quantidade significativa de fontes documentais foi importante para compor o cenário e o contexto, onde esses protagonistas atuaram, entretanto, através da memória coletiva desse grupo, foi possível reconstruir parte das vivências e experiências na Usina. Reconstituir testemunhos e histórias de vida de homens e mulheres que trabalharam na Usina Dom João, utilizando a metodologia História Oral, foi passo importante que demos nessa pesquisa. Como salienta Lucília de Almeida Neves:

A História oral é um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais. Não é, portanto, um compartimento da história vivida, mas sim o registro de depoimentos sobre essa história vivida. (...) Portanto, a história oral é um procedimento, um meio, um caminho para produção do conhecimento histórico³.

O registro dos depoimentos, feitos durante a pesquisa de campo, parte dessa perspectiva de compreender a História Oral como uma metodologia para a construção do conhecimento histórico. A possibilidade de utilizar a memória coletiva, trouxe riquezas de detalhes que as fontes documentais escritas sozinhas não permitiriam recuperar. Por isto, neste trabalho procuramos, sempre que possível, analisar conjuntamente os variados tipos de fontes históricas, no intuito de adentrar no universo de homens e mulheres que influíram no *fazer-se* histórico.

A escassez de estudos sobre trajetória da mão-de-obra das usinas açucareiras no Recôncavo baiano no século XX, evidencia que em relação a esse tema, há uma carência de informações históricas, bem como de interpretação, de análise e de abordagem historiográfica. Mesmo havendo contribuições relevantes, de estudos recentes, que abordam alguns aspectos do mundo das usinas açucareiras na Bahia⁴. Desse modo, esperamos que este trabalho contribua, fornecendo alguns elementos para o conhecimento acerca dos trabalhadores das usinas de açúcar na Bahia do século XX, a partir da Usina Dom João.

Neste trabalho, consideramos os suportes teóricos e metodológicos oferecidos pela História Social, levando em conta, sobretudo, as reflexões de E.P. Thompson, a

³ Neves, Lucília de Almeida. "Memória e História: Potencialidades da História Oral". Art Cultura, Uberlândia-MG, volume 5, nº. 6, janeiro-junho/2003.

⁴ Um estudo recente que se debruçou em alguns aspectos das usinas açucareiras na Bahia é o do Joaci Cunha, *Amargo açúcar: história do trabalho e do capital no Recôncavo açucareiro da Bahia, 1945-1964*. Dissertação de Mestrado, UFBA, 1995. Cunha ressaltou as lutas e organizações desencadeadas pelo setor organizado dos trabalhadores do setor açucareiro do Recôncavo baiano.

respeito das categorias de *processo histórico e experiência*. Valores e percepções apontam, portanto, para a possibilidade de compreender melhor os esforços pelos quais esses trabalhadores de origem rural influíram no *fazer-se* histórico⁵.

Prosseguir nesta abordagem significa penetrar na esfera cotidiana de sujeitos que influíram nos aspectos dos mundos do trabalho do Recôncavo açucareiro. Portanto, o objetivo central deste trabalho é a partir da memória de um grupo de ex-trabalhadores da Usina Dom João, recuperar as vivências e experiências destes sujeitos na história. Eles têm muito a nos contar. Com eles temos muito a aprender.

O texto está dividido em quatro capítulos. No primeiro buscamos demonstrar o processo de falência da Usina Dom João, e como ele foi vivenciado por seus trabalhadores. Também apresentamos parte da história da Usina, a partir dos relatos dos seus trabalhadores e das fontes documentais, o contexto no qual ela surgiu e desenvolveu-se e como estava estruturada.

No segundo capítulo, apresentamos os tipos de mão-de-obra operada na Usina Dom João: os trabalhadores fixos e os trabalhadores temporários. Discutimos também alguns aspectos relacionados as condições materiais de existência dos trabalhadores, tais como a moradia e a alimentação, através dos “sistema de vales” na Usina e trazemos a tona a estrutura hierárquica de funções e o trabalho na lavoura canavieira.

O terceiro capítulo trata de reconstruir trajetórias e histórias de vidas de trabalhadores. Descreve alguns aspectos do processo de produção do açúcar, mostradas a partir das vivências dos próprios trabalhadores. E apresenta aspectos do trabalho familiar e do trabalho infantil, evidenciando as diferenciações existentes no interior do trabalho açucareiro.

⁵ Thompson, E. P. A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

No quarto e último capítulo, abordamos como a figura de Getúlio Vargas marcou a memória desses trabalhadores do meio rural, e ainda debatemos acerca dos significados que eles atribuíram a Vargas e à legislação trabalhista.

CAPÍTULO I

1969: a história da falência da Usina Dom João contada por quem a viveu

Eu trabalhei mais no campo plantando cana, cortando, carregando, limpado. Aí, depois eu passei a trabalhar na linha férrea. Então, eu trabalhei enchendo vagão. Meu trabalho era na linha férrea. Comecei trabalhar na linha férrea como ajudante e quando a usina fechou, eu já me encontrava na função de cabo de turma. Também trabalhei dentro da usina. Eu não trabalhei naquela sessão mais especial, mas eu conhecia. Trabalhei mais na caldeira, nesses lugares. É tanto que ela fechou.

A Dom João fechou nos causando enorme prejuízo porque tinha acho que era vinte e oito quinzenas sem pagar. Não recebemos nada. Salário família, nada. Naquele tempo passamos muita fome, viu. Eles disseram que ia fechar a usina. O dono, um dos donos, seu Adolfo, ele mandou fechar a usina. Foi em março de 69, viu. Em março de 69. (...) Então, o resultado foi que eles moeram até março de 69. (...) depois fracassou. Ai eles mandou que lavasse as ferragens e aguardasse a segunda ordem. Aí, parte da segunda ordem foi essa que a gente ficou lá passando fome e disseram que a gente não podia sair de lá que quem saísse perdia. Aí, veio o sindicato, trouxe dois advogados, Dr. Orlando e mais uns outros lá. Eu sei que terminou que deu queixa dessa usina do que se tinha a receber e foi tarde porque a gente perdemos tudo. Quando pensou que não, chegou a ordem pra desmanchar a usina. Aí, um rapaz, um senhor por nome Jorge Bonetti. Ele era gaúcho. (...) Ai eles tirou as ferragens toda e levou pra uma Central Barreira no estado de Alagoas que tem muitas usinas de açúcar lá, não tem? E eu sei que aqui perdeu-se o dinheiro todo. Agora, eu não esperei. Quando eu vi, quando eu comecei passando muita fome, eu não esperei o negócio complicar, não. Aí, eu sair e fui trabalhar cavando valeta, fazendo isso, fazendo aquilo e eu sei que até hoje eu espero esse dinheiro e nada! Nada! Nada! Nada!

Botaram um síndico que era uma pessoa que ia tomar conta das finanças e o dinheiro que vendeu as ferragens disseram que o dinheiro era da massa falida, era do pessoal, dos pobres que trabalharam tinha dinheiro pra receber. Mas esse Dr. Antonio Carlos Magalhães é muito bonzinho, né? Aí, ele era governador da Bahia, nesse tempo de 69 (1969). Era o governador da Bahia. Aí, ele tomou esse dinheiro que a usina devia também ao Estado e ele não teve compaixão dos fracos. Aí tomou esse dinheiro. É tanto que até hoje eu não voto em PFL por causa disso que eu fiquei com muita raiva, viu⁶.

⁶ Depoimento de Germínio dos Santos. São Francisco do Conde, Bahia, 24 de janeiro de 2005.

O depoimento acima traz informações importantes sobre a falência da Usina Dom João, no ano de 1969, vivenciada, e, contada por um dos seus trabalhadores. Trata-se de Germínio dos Santos, nascido em 1933, numa fazenda denominada Sapé de Brotas, localizada no município de Terra Nova.

Germínio dos Santos começou a trabalhar na Usina ainda criança, aos nove anos de idade. Seu Avô, Domingos de Assis, e seu pai, Albertino Laurindo dos Santos, também foram trabalhadores rurais da mesma. No ano que a Usina faliu, Germínio tinha 36 anos de idade, e, aproximadamente 27 anos de serviços prestados à empresa. Nela, cresceu e constituiu família, passando parte de sua vida. Assim como Antônio Moreira dos Santos – que registrou queixa trabalhista contra a Usina em 2002, conforme relatamos na introdução do texto – Germínio dos Santos e outros trabalhadores prestaram queixa na Justiça do Trabalho, logo depois de saber da falência.

O processo se arrastou por anos e o resultado foi desfavorável para os trabalhadores, visto que a justiça retificou a falência, e as dívidas enormes com o Estado, impossibilitando assim uma indenização. Os bens da Usina – fazendas, máquinas e equipamentos, foram a leilão em 1971, e o dinheiro que deveria ser dos “*pobres que trabalharam*”, da “*massa falida*”, nas palavras de Germínio dos Santos, referindo-se aos trabalhadores, ficou para o Estado.

Do montante arrecadado com a venda de todos os bens, nenhuma quantia foi para os trabalhadores. As dívidas contraídas pela Usina com o Estado, fizeram com que o dinheiro arrecadado no leilão fosse utilizado para quitar os débitos adquiridos. Daí, o ressentimento de Germínio dos Santos com o governo da Bahia na época. Para ele a culpa da ausência de ressarcimento aos trabalhadores associou-se à figura de Antonio Carlos Magalhães, então Governador da Bahia.

A experiência vivenciada por Germínio é uma amostra representativa do drama vivido pela maioria dos trabalhadores que se encontrava na Usina Dom João, quando esta fechou em 1969. Principalmente os trabalhadores do campo, que foram os que mais relutaram em deixar a sede da Usina e as outras propriedades agrícolas. É obvio que todos os trabalhadores de diferentes funções, e, em diferentes intensidades, sofreram com as conseqüências do fechamento da Usina. Porém, os trabalhadores do campo foram os mais atingidos com esse evento. E foram eles também, os que mais resistiram às conseqüências que marcaram suas vidas após esse evento.

Neste sentido, nossa proposta nesta parte do texto é compreender, como os trabalhadores da Usina Dom João vivenciaram o processo de falência, e, como esse evento afetou suas vidas. Além disso, iremos conhecer um pouco sobre a história e estrutura dessa Usina, e sua importância no contexto da produção açucareira do Recôncavo baiano desde o seu surgimento até seu fechamento.

É importante ressaltar, inicialmente, que noções de direitos a serem restituídos ainda apareciam nas expectativas dos ex-trabalhadores da Usina Dom João no período da pesquisa de campo, ou seja, mais de três décadas após a falência. No processo de localização de ex-trabalhadores e de recolhimento de seus depoimentos, fui surpreendida algumas vezes com perguntas do tipo: “A senhora é do INSS?”; “É de Brasília, a mando do governo, para resolver nossa situação? Pra pagar nossos tempos?”; “A senhora veio a mando do Ministério do Trabalho para resolver a nossa situação com a Usina?” Mesmo me apresentando formalmente como uma pesquisadora que estava fazendo um estudo sobre a Usina Dom João e seus trabalhadores, fui surpreendida algumas vezes, com perguntas desse tipo. Ainda que ressaltando a inexistência de minha ligação com o Ministério e/ou com a Justiça do Trabalho, percebia que alguns desses trabalhadores resistiam em acreditar que se tratava realmente de uma pesquisa.

Confesso que essa situação foi embaraçosa, pois compreendia que alguns se tornavam mais receptivos por causa dessa expectativa. Faziam questão de mostrar documentos referentes à Usina, como as carteiras de trabalho, os comprovantes de pagamentos de salários e de concessão de vales para adquirir gêneros alimentícios. Além disso, se disponibilizam em levar na área onde a Usina funcionou, e em suas propriedades agrícolas, onde era produzida cana-de-açúcar. Indicavam outros trabalhadores para serem entrevistados, através de uma espécie de autorização verbal, do tipo: “Procure fulano de tal. Diga que fui eu que mandei procurar ele. Diga que você está buscando informações sobre a Usina”.

Essa “autorização verbal” favorecia o contato mais próximo com esse grupo de trabalhadores, que contavam, com riqueza de detalhes, o drama vivido com a falência da Usina como se estivessem prestando uma reclamação trabalhista. O mais interessante é que, somente no final da entrevista, alguns faziam perguntas dos tipos acima mencionados, acreditando que de horas de conversas e entrevistas, surgiria eventualmente algum resultado ou ressarcimento trabalhista. Provavelmente, consideravam, também, não ser comum uma jovem residente em Salvador se deslocar para alguns municípios interioranos, especialmente os de tradição açucareira, e mostrar interesse e disposição para ouvir ex-trabalhadores de uma usina de açúcar, contarem sobre suas vidas, seu trabalho, suas vivências e suas trajetórias.

Apesar dessa delicada e inusitada situação, muitos compreenderam e/ou se deixaram convencer que se tratava realmente de um trabalho de pesquisa. Mesmo com diferentes expectativas, todos foram receptivos, alguns até perguntavam sobre futuras voltas para ouvir suas histórias, suas memórias. Parecia que esses momentos serviam também como uma espécie de desabafo.

Expostas essas considerações, voltemos às vivências da falência da Usina Dom João. Evidenciamos que as primeiras conseqüências negativas para os trabalhadores foi o não pagamento de salários por cerca de sete a oito meses, anteriores à falência propriamente dita. Mas, após as dificuldades ocasionadas pela falta de pagamentos, uma situação pior ainda instalou-se para esses trabalhadores. A “*massa falida*” viveu o drama de perder, repentinamente, as casas e outros direitos conquistados ao longo dos anos, como o direito a um pedaço de terra para cultivar gêneros de subsistência.

Um dos grandes momentos de tensão vivenciada pelos trabalhadores foi quando estes receberam a declaração oficial, em 1969, de que a Usina havia falido. Isso porque grande parte deles residia há tempos na Usina, ou nasceram na mesma. Portanto, a comunicação da falência gerou, desde o primeiro momento, um grande impacto, visto que, muitos não sabiam que rumo dariam às suas vidas. Ângelo Gomes de Souza, administrador de campo, lembrou bem esse momento, afirmando:

Ai foi quando veio uma mudança de gerente, de dono e foi aquela coisa toda e a usina acabou. A usina acabou e a gente ficamos um corre pra um canto, um corre pra outro⁷.

Não sabemos ao certo quantas famílias ficaram desamparadas, porém, evidenciamos que grande parte desses trabalhadores pertencia a grupos familiares que trabalhavam e residiam na Usina Dom João, e em suas propriedades agrícolas, há anos. Localizamos gerações de famílias morando e trabalhando juntas para a Usina conforme demonstraremos, detalhadamente, mais adiante. Portanto, os trabalhadores constituíam famílias e mantinham certa estabilidade de uma geração para outra.

⁷ Depoimento de Ângelo Gomes de Sousa. São Francisco do Conde, Bahia, 26 de janeiro de 2006.

Raimunda Negreiros, auxiliar de escritório, lembrou como vivenciou o momento da falência da usina:

Quando a usina fechou em 69 (1969) foi um Deus nos acuda. Ficamos sem receber salários. Ficamos na (usina) Dom João muitos meses passando fome. A gente não tinha outra alternativa. Achar emprego noutra usina tava difícil porque as usinas estavam fechando. Eu nasci na Dom João e comecei a trabalhar desde novinha. Meu pai e meus irmãos trabalharam lá. Com a falência perdemos tudo. Botamos na Justiça, mas não adiantou nada⁸.

O drama da falência da Usina perdurou por anos, e ocasionou conseqüências prejudiciais para as vidas de muitos trabalhadores, marcando significativamente suas memórias. O cotidiano de vida e trabalho, o processo de falência, a luta na justiça para serem ressarcidos com benefícios trabalhistas, os caminhos percorridos após o fechamento da Usina, as frustrações, os anseios e as expectativas estão presentes acentuadamente na memória dos membros do grupo. Como ressalta Ecléa Bosi, na memória fica o que significa⁹, e na memória desse grupo ficou lembranças de um crítico momento. José Joaquim Santos Pena, nasceu na usina Dom em 1952. Filho de um trabalhador da usina, conforme veremos adiante, nos contou que:

A usina fechou, ficou devendo salários, salário família, férias dele. Quando ele morreu, ele não recebeu nada. Não recebeu salário, abono de família, tudo isso. A usina ficou devendo isso tudo aos seus funcionários. Demos queixa na Justiça, mas sabe como é a Justiça da Bahia, da Bahia não, do Brasil em geral ela é lenta¹⁰.

⁸ Depoimento de Raimunda Negreiros. Santo Amaro, Bahia, 14 de abril de 2004.

⁹ BOSI, Ecléa, Memória e Sociedade: lembranças de velhos. São Paulo, Companhia das Letras, 1994, p.66.

¹⁰ Depoimento de José Joaquim Santos Pena, filho de Manoel do Nascimento Pena, trabalhador da usina Dom João. São Francisco do Conde, Bahia, 30 de novembro de 2005.

Meses antes da declaração da falência, o clima já estava tenso, e havia reação dos trabalhadores. Muitos percebendo a crítica situação começaram a cruzar os braços:

Quando começou a abrir falência, começou os sintomas da falência né? Eles (os trabalhadores) começaram a enxergar os sintomas da falência, aí foi que eles (os trabalhadores) estavam cruzando os braços. Cruzando os braços eles só iam bater o cartão e voltar pra casa¹¹.

Eles só iam marcar, bater o cartão e voltar pra casa. E esses cartão que eles batia na quinzena saía o dinheiro deles. Mesmo sem trabalhar, ele ia lá batia o cartão e voltava porque não tinha nada pra fazer, não tinha cana pra moer, não tinha nada pra produzir. Eles estavam trabalhando ainda pra ter os direitos deles eles estavam trabalhando ainda. Ia lá, batia o cartão e ficavam em casa. De tarde ia, tornava a bater as horas dele e voltava pra casa e pronto¹².

“Marcar” ou “bater” o cartão foi uma estratégia utilizada pelos trabalhadores, com objetivo de não configurar abandono de emprego e mantendo, assim, o vínculo empregatício. Mesmo não trabalhando, os funcionários fizeram questão de registrar a frequência ao trabalho. Mas, essa atitude não teve relevância nenhuma para os trabalhadores reivindicarem seus direitos, visto que houve ausência de pagamento dos salários por cerca de sete a oito meses. Os proprietários da Usina ausentaram-se sem dar satisfação aos seus trabalhadores. Assim, trabalhadores com funções qualificadas, como ajustador, mecânico, eletricista e cozinheiro, dentre outros, e com nível hierárquico privilegiado, como o administrador geral e o administrador de campo, decidiram sair da usina deixando as casas e os roçados. Vejamos:

Você sabe que na usina tinha muito profissionais, como torneiro mecânico, ajustador, encanador, soldador eles foram trabalhar (...) muitos que não eram de lá voltaram para as suas terras né. A usina faliu, aí voltaram pras suas terras pras suas cidades natal. Muitos

¹¹ Depoimento de Gildete Santos Pena. São Francisco do Conde, Bahia, 30 de novembro de 2005.

¹² Depoimento de José Joaquim Santos Pena. São Francisco do Conde, Bahia, 30 de novembro de 2005.

foram no Pólo Petroquímico que tava começando, foram trabalhar na Refinaria Landulfo Alves (...) de empreiteira né? Aquelas empresas que prestam serviços e aí, o cara eles juntavam um dinheirinho eles compravam casa em Candeias, outros foram morar em Salvador, outros vieram aqui pra sede pra São Francisco. Aqui na sede, como D. Aurinha mais seu Aurinho, tinha um rapaz chamado José de Freitas que era chefe da mecânica também. Ele veio morar aqui em São Francisco do Conde, ele era uma pessoa muito inteligente, ele era responsável pela mecânica da usina¹³.

Portanto, vimos que com a falência da Usina, trabalhadores qualificados e com cargos de chefia migraram imediatamente para a sede de São Francisco do Conde. Agnelo Majestade, administrador da fazenda São José, uma das propriedades fornecedoras de cana da Usina, logo após a falência, migrou para a sede de São Francisco do Conde. Agnelo trabalhava na função de administrador desde 1940, e continuou até 1969, ano da falência. Durante o período em que trabalhou, conseguiu acumular animais, como burros e bois. Não sabemos detalhes, mas quando houve o leilão dos bens da Usina, Agnelo foi um dos que arrematou a fazenda São José. Outros funcionários que exerceram cargo de confiança compraram propriedades da Usina em leilão público. Vejamos.

Aloísio Ferreira da Silva, administrador do Engenho Santo Antonio do Riacho das Pedras, conhecido como Engenho Macaco, adquiriu no leilão o engenho Marapé. Florisval Majestade, gerente do grande armazém da Usina comprou a fazenda São José. Com a compra de parte das propriedades da Usina, esses trabalhadores que exerceram cargos de confiança e chefia, passaram a administrar suas próprias fazendas e tornaram-se produtores e fornecedores de cana, para algumas das usinas do Recôncavo, e principalmente para a Usina Aliança, que sobrevive até hoje. Acreditamos que a experiência administrativa e agrícola desses trabalhadores, foi fator determinante para que levassem adiante o fornecimento de cana para outras usinas do Recôncavo.

¹³ Depoimento de José Joaquim Santos Pena. São Francisco do Conde, Bahia, 30 de novembro de 2005.

Ângelo Gomes de Souza, com 74 anos na data em que concedeu a entrevista, começou a trabalhar para a Usina no ano de 1964, na função de feitor geral. Em 1966 foi designado para ser administrador do Engenho de Baixo, uma das propriedades de produção de cana-de-açúcar da Usina Dom João, e nos contou que:

Eu tava com 32 anos quando fui pra Dom João. Aí cheguei em Dom João me mandaram pra uma fazenda que tem aqui fora, chamada Gurgainha. Eu fui pra Gurgainha ser feitor geral de Gurgainha que lá tinha um administrador. Aí, provavelmente o feitor geral e o administrador é mais ou menos quase a mesma coisa, só que o administrador tem uma voz maior. Ai eu fui pra lá. Fiquei em Gurgainha com dois anos depois a usina arrendou uma propriedade por nome Engenho de Baixo aí me levaram pra administrador Engenho de Baixo. Era uma fazenda que só tinha mato, não tinha quase nada, tinha pouca cana. E eu cheguei lá e comecei a trabalhar. Com quatro anos eu tava com o Engenho de Baixo produzindo 30 mil toneladas de cana. (...)
Quando a usina acabou eu (não) fiquei lá. Vim pra casa (centro de São Francisco do Conde) e botei comércio de molhados¹⁴.

Ângelo Gomes de Sousa é um exemplo de trabalhadores que exerceram funções consideradas privilegiadas. Era administrador de uma das propriedades da Usina, e com a falência da mesma, deixou a propriedade e a casa onde residia e buscou, assim, fomentar uma alternativa de sobrevivência. Migrou para o centro de São Francisco do Conde e abriu um pequeno estabelecimento de gêneros alimentícios. Não sabemos como Ângelo conseguiu adquirir uma casa e com quais recursos montou um armazém, mas tudo indica que o administrador conseguiu, ao longo de sua vida, acumular uma quantia que possibilitasse adquirir ou reunir bens, como uma casa. Geralmente nas usinas de açúcar do Recôncavo da Bahia, os administradores conseguiam acumular bens, como pequenos terrenos ou sítios. Era comum também possuírem animais de montaria, como cavalos e burros, além de gados e porcos.

¹⁴ Depoimento de Ângelo de Souza Gomes. São Francisco do Conde, Bahia, 26 de janeiro de 2006.

Conforme mencionamos, os trabalhadores que deixaram a Usina Dom João, antes, ou logo após a decretação da falência, foram, em sua maioria, funcionários que exerciam funções privilegiadas, caracterizadas como qualificadas e/ou funções de confiança, tais como operários qualificados do setor industrial, administrador geral e administradores de campo.

Contudo, ao contrário de trabalhadores com funções privilegiadas, como Ângelo Gomes de Sousa, Agnelo Majestade, Florisval Majestade e Aloísio Ferreira, os trabalhadores que permaneceram na sede da Usina, ou em suas propriedades agrícolas, após a falência, eram, em sua maioria, trabalhadores rurais ou não qualificados. Esses trabalhadores assim procederam por dois motivos principais: primeiro, por não terem para onde ir, visto que com a falência, se saíssem da propriedade da Usina perderiam suas casas. Depois, tinham expectativas de serem indenizados pela justiça.

Possivelmente, outros motivos contribuíram para a permanência destes na propriedade, como ausência de alternativas de trabalho, ou ausência de expectativas de serem admitidos em outras usinas de açúcar do Recôncavo baiano, já que no período em que a usina Dom João faliu, gradativamente usinas açucareiras haviam fechado, e outras se encontravam em processo de falência.

Segundo Joaci Cunha, na década de 60, especificamente a partir da safra de 1964-1965, uma grave crise afetou a economia açucareira na região do Recôncavo, resultando no recuo da produção de açúcar, na redução da área destinada à *plantation*, e, conseqüentemente, no fechamento de várias usinas na Bahia¹⁵.

¹⁵ Cunha, Joaci. Amargo Açúcar: Aspectos da história do trabalho e do capital no Recôncavo açucareiro da Bahia, 1945-1964. Salvador: UFBA, Dissertação de Mestrado em História Social, 1995, p. 60. Segundo o autor, toda a trajetória das usinas de açúcar na Bahia no século XX foi marcada por uma crise estrutural que culminou na falência da maioria delas e no quase desaparecimento desse ramo de produção. As usinas surgiram com um desequilíbrio estrutural entre o campo e a fábrica. O campo cuidando da lavoura em condições similares ao século XVIII, sob a administração de administradores e feitores, sendo estes sem preparo para o cultivo racional; a fábrica capitalista relativamente moderna e a mentalidade agrícola administrativa do tipo colonial com a inexistência de técnicas agrícolas adequadas num mercado capitalista foram as causas que culminaram com as falências das usinas no Recôncavo baiano. Ver p. 8-

Não sabemos as causas específicas que levaram a usina Dom João à falência, contudo alguns dos seus ex-trabalhadores atribuem diferentes explicações a esse processo. Vejamos.

A usina Dom João era de médio porte. A usina Cinco Rios um pouco maior que a usina Dom João. Essas usinas foram se depreciando por causa das leis da época de Getúlio em diante, compreendeu? Quando as leis começaram a endurecer, as leis de Previdência Social¹⁶.

E dizem - que eu não sei – que a usina faliu mais pelos impostos que na época o governador – não sei se foi Otávio Mangabeira. Porque dizem que foi negocio de imposto. E disse que o dinheiro pra pagar o pessoal que Antonio Carlos Magalhães tinha que receber esse dinheiro porque disse, que a usina tava devendo muitos impostos ao Estado. Disse que não pagou as pessoas porque esse dinheiro ele passou a mão que a usina na época devia muito ao Estado, devia muitos impostos¹⁷.

Quem fechou as usinas foi a Justiça (do Trabalho). Pessoas na Justiça, o pessoal da Justiça vieram pra dentro da usina pegar número de queixas das pessoas. Os advogados, aqueles advogados que (...) vinham pra ir, chegava aí e conquistava dez, vinte, trinta, quarenta pessoas. Registrava a queixa e levava pra lá e assim foi sucessivamente em todas as usinas foi fechada depois disso. Por quê? Ou a usina paga o trabalho das pessoas que estão trabalhando ou bem a usina paga direitos que a Justiça deu – se a Justiça deu foi porque achou que devia dá, tá certo também – mas, a usina não tinha condições de pagar, fechou. E aí, acabou todas usinas. Nós tínhamos vinte e duas usinas na Bahia. Hoje nós temos só uma¹⁸.

Diferentes causas são apontadas para explicar a falência da Usina Dom João, e de outras usinas do Recôncavo. Percebemos, mesmo assim, que a crise, na qual as usinas açucareiras na Bahia estiveram mergulhadas, foi resultado de uma ampla conjuntura que as afetou, e, gradativamente as levou a fecharem suas portas. No

11, 56-74. Além disso, o ramo açucareiro se tornou dependente do capital comercial bancário o que somado aos fatores anteriores contribuiu decisivamente para a falências das usinas de açúcar do Recôncavo baiano. Ver p. 8-11, 56-74, 79-80.

¹⁶ Depoimento de Agnelo de Majestade. 10 de outubro de 2004, Santo Amaro, Bahia.

¹⁷ Depoimentos de José Joaquim Santos Pena. São Francisco do Conde, Bahia, 30 de novembro de 2005.

¹⁸ Depoimento de Ângelo Gomes de Sousa. São Francisco do Conde Bahia, 26 de janeiro de 2006.

entanto, a questão que nos interessa é entender o impacto desse contexto na vida homens e mulheres provenientes do trabalho açucareiro. Interessa-nos perceber também, como esses indivíduos vivenciaram esse momento e que rumos deram às suas vidas, conforme temos buscado demonstrar.

Se a crise resultou no fim da Usina Dom João, para os trabalhadores, especialmente os da lavoura canavieira, significou o início de uma batalha que atravessou as décadas de 70, 80 e até 2002. Ela ultrapassou o tempo e continuou latente na memória daqueles que duramente sobreviveram para contar essa história.

Gildete Santos Pena, com 66 anos na data concedeu a entrevista, viúva de Manoel do Nascimento Pena, que teve como última função exercida na Usina a de auxiliar de escritório, onde “fazia as notas pra o caminhão de açúcar”, informou sobre o cotidiano do marido, que, antes de trabalhar na Usina Dom João, ele trabalhou também em outras usinas do Recôncavo baiano:

Ele trabalhava em outra usina em Terra Nova. Ele trabalhava em Terra Nova antes de ir para Dom João. Em Terra Nova, ele trabalhava no campo. Ele era balancista, pesava cana. Ele também levou muito tempo na Dom João pesando cana¹⁹.

Do casamento entre Manoel e Gildete nasceram filhos, conforme ressaltou a depoente: “*Todo mundo (os filhos) nasceu na Dom João. Eu tive sete. Todos nasceram na Dom João*”. A filha mais velha do casal nasceu em 1950, o que indica que Manoel Pena na década de 50, já era funcionário da Usina. Um dos filhos de Manoel do Nascimento Pena, lembrou com orgulho do pai, ao informar que:

Ele era balancista, pesava cana. Depois ele passou a trabalhar no escritório e do escritório, ele foi ser chefe do almoxarifado. Era um

¹⁹ Depoimento de Gildete Santos Pena. São Francisco do Conde, Bahia, 30 de novembro de 2005.

crânio ele. Tinha uma boa caligrafia, a letra dele era bonita mesmo²⁰.

Em fevereiro de 1969, Manoel Pena faleceu, vítima de um ataque cardíaco fulminante. Além do drama da perda do esposo e do pai, a família enfrentou outra difícil situação, que foram os prejuízos causados pela falência da Usina, conforme foi salientado por Gildete, sua esposa:

A usina fechou. Ficou devendo salários, salário família, férias dele quando morreu ele não recebeu abono de família, tudo isso. A usina ficou devendo isso tudo aos seus funcionários²¹.

O drama vivenciado pela família de Manoel Pena mostra a situação de muitas famílias de trabalhadores que permaneceram na sede da Usina, principalmente, após fechamento da mesma. Diante de tal situação, trabalhadores e familiares buscaram ajuda no Sindicato dos Trabalhadores da Cana-de-açúcar do Estado da Bahia, localizado no município de Terra Nova. A orientação dada pelo sindicato foi que eles deveriam prestar uma queixa trabalhista coletiva contra a empresa na Justiça do Trabalho, localizada no município de Santo Amaro. Para isso, dispuseram advogados para organizar a ação e apresentar a queixa:

A gente andamos aí, pra vê na Justiça. Nós damos (queixa) na Justiça do Trabalho, em Santo Amaro. Fizemos um grupo assim, todo mundo que tinha marido, que tinha tempos na usina. O pessoal reuniu todo mundo naquela quantidade, arranjou um advogado somente pra resolver essa causa e eles não resolveram nada²².

²⁰ Depoimento de José Joaquim Santos Pena, São Francisco do Conde, Bahia, 30 de novembro de 2005

²¹ Depoimento de José Joaquim Santos Pena. São Francisco do Conde, Bahia, 30 de novembro de 2005.

²² Depoimento de Gildete Santos Pena. São Francisco do Conde, Bahia, 30 de novembro de 2005.

Assim, a busca pelo ressarcimento dos salários atrasados e por indenizações, pelos anos de serviços prestados foram a tônica de um primeiro momento de luta enfrentadas pelos trabalhadores.

O segundo momento de luta seria para garantir a moradia, visto que muitas das famílias residiam há anos, tanto na sede da Usina quanto nas fazendas produtoras de cana-de-açúcar da mesma. Assim, os que permaneceram nesses locais, acreditaram, principalmente, que uma ação coletiva na Justiça do Trabalho iria garantir o direito de continuarem nas casas que moravam há anos. Travaram uma batalha judicial e resistiram à ordem de despejo lançada pelo novo proprietário que adquiriu a usina em leilão público:

Depois que essa usina fechou, aí que foi que os problemas. Cortou o fornecimento de energia, aí não existia mais essas regalias né? Porque automaticamente fechou tudo, faliu. Aí pronto. Depois levaram todos os maquinários da fabrica, tudo da usina. Levaram todos os maquinários, ficou só lá o monumento da usina, ficou só a armação da usina porque tiraram tudo, levaram tudo e aí pronto. Vieram cortaram a energia (...) ficou todo mundo de lampião, só vivendo usando querosene, com um candeeiro, um lampião. E aí, disse que houve um leilão, não sei se foi verdade, o cara tomou conta da usina Dom João. Tomou conta um fazendeiro José Falcao. Tomou conta da usina perseguindo todo mundo. Começou plantar banana, disse que ia plantar cacau, perseguindo as pessoas pra todo mundo sair quer dizer, queria colocar o pessoal sem direito a nada. Começou essa perseguição. Porque ele já tinha arrematado as terras, a fazenda quando fechou a usina, aí ele arrematou tudo. Aí pronto! Era a perseguição! Alguns que estavam por lá, iam trabalhar, plantar banana que a banana (servia) pra dar sombra ao cacau pra depois plantar o cacau. Aí começou a perseguição²³.

O depoimento acima revela uma fase importante, que foi o conflito entre novo proprietário da sede da Usina e os trabalhadores que decidiram permanecer nas casas

²³ Depoimento de José Joaquim Santos Pena. São Francisco do Conde, Bahia, 30 de novembro de 2005.

que outrora foram cedidas a eles. Na visão de parte dos trabalhadores, esse período foi caracterizado como o momento de “perseguição”:

As terras foram tiradas de nós. E ele (Falcão) queria que o pessoal que trabalhava (na usina Dom João) assim que a usina (...) queria pagar o aluguel das casas a José Falcão e querer jogar o pessoal pra rua²⁴.

Mas, o que para os trabalhadores era “perseguição”, para o novo proprietário era um direito, uma vez que havia efetuado um procedimento legal de compra de propriedade. Portanto, outros depoimentos revelaram que Falcão, exigiu que os trabalhadores que decidiram permanecer na usina pagassem aluguel pelo uso das casas.

Em 28 de janeiro de 1971, em sessão realizada na Comarca de Santo Amaro, as propriedades da Usina foram arrematadas “em hasta pública”. Conforme citamos, três fazendas produtoras de cana de propriedade da Usina, a Fazenda São José, a Fazenda Marapé e o Engenho Macaco, foram adquiridos por funcionários que exerciam funções de mando e de confiança na mesma, respectivamente: Agnelo Majestade, Florisval Majestade e Aloísio Ferreira, sendo que os dois primeiros são irmãos. Ademário Benício, comerciante do ramo farmacêutico do município de Santo Amaro, adquiriu o engenho Marapé²⁵. A sede da Usina Dom João e a Fazenda Conquista, unidade fornecedora de cana, foram arrematadas no leilão por José Falcão²⁶.

Nesta pesquisa, considerei relevante localizar e entrevistar José Falcão, uma vez que foi ele que adquiriu a sede da Usina, local onde estava agregado o maior número e variedade de trabalhadores, mas, principalmente por causa dos sérios conflitos

²⁴ Depoimento de Gildete Santos Pena. São Francisco do Conde, Bahia, 30 de novembro de 2005.

²⁵ Informação obtida por trabalhadores da usina Dom João e por Ademário Benício, com quem realizamos uma entrevista não-gravada. A entrevista realizada foi realizada no município de Santo Amaro em setembro de 2004.

²⁶ Livros de Notas do Tabelião, nº. 15.636. fls. 126, Livro 3-Z, 07 de julho de 1971. Cartório de Santo Amaro, Sessão de Registro de Imóveis e Hipotecas.

ocorridos entre o novo proprietário e os trabalhadores que resistiram em deixar o local, onde estavam suas casas e roçados. O depoimento de José Falcão oferece a oportunidade de ter acesso ao que foi pensado e considerado sobre a atitude dos trabalhadores que insistiram em ficar na sede e lutar por bens que consideraram seus por direito.

Obviamente, que Falcão, ao adquirir a Usina, não tinha relação contratual com os trabalhadores e, por isso, não era obrigado a pagar indenização a esses trabalhadores, com os quais nunca teve nenhum tipo de relação trabalhista. Neste sentido, esforçou-se para que esses trabalhadores desocupassem seu domínio territorial, adquirido por vias legais, ou seja, “*foi comprado tudo legalmente em praça pública*”, conforme salientou Falcão. O depoimento revelou informações importantes desse conflito que se arrastou por anos, com a luta por direitos outrora adquiridos na Usina. Foi dentro dessa perspectiva que ouvimos Falcão.

Ao falar sobre a compra da Usina Dom João em leilão público, José Falcão nos contou que:

A Usina já tava fechada. Exatamente, eu comprei aqui em praça pública e a Usina tinha fechada. A empresa que tava falida. A Usina Dom João era uma empresa. Eu conseguir essa área e outras pessoas também, compraram outras áreas aqui e as fazendas (...).

É até de admirar né, a empresa tá falida e três ou quatro administradores da empresa foi quem compraram grande parte. Eram funcionários e conseguiram arrematar. Uma boa parte dessas propriedades foi arrematada por eles. .

Nesse leilão aconteceu que parte do maquinário também saiu, foi comprado por um grupo OTON de Pernambuco. A usina tinha muita coisa. A caldeira, a moenda, parte de fabricação, etc.

Os funcionários da usina na época do leilão, eles ficaram. Mas, o governo quem leiloou. Foi o governo do Estado que era credor e acho que a prioridade. O governo tinha que priorizar todos os funcionários. Os funcionários não sei se (receberam) como receberam. Não tenho idéia.

Houve um protesto, uma coisa (...) tudo, mas não foi pra (...) foi comprado tudo legalmente em praça pública. Aproveitei alguns funcionários. Uns dez a quinze funcionários²⁷.

Vê-se, que ao adquirir a sede da Usina, Falcão, a fim de atenuar a situação, contratou alguns funcionários, cerca de “*uns dez a quinze funcionários*” da Usina Dom João. Mas, isso não solucionou a situação de conflito, visto que parte dos recém ex-trabalhadores recusaram um acordo proposto pelo novo proprietário, e permaneceram na sede, ocasionando, assim, um longo e acirrado conflitos entre ambas as partes.

Falcão tinha experiência no ramo açucareiro. Sua família foi proprietária da Usina Itapetinguim, uma importante usina de administração familiar, localizada em Amélia Rodrigues. Além disso, foi um comerciante bem sucedido. Possuía lojas no ramo de eletrodomésticos, conforme salientou:

Eu tinha uma firma de eletrodomésticos. Tinha em Salvador, Feira, em outros lugares aqui, mas já vendi há uns quinze, dezoito anos. A Sadel (rede de lojas) era muito conhecida.

Foi com orgulho e entusiasmo que durante a entrevista fez questão mencionar parte da trajetória do seu pai, um importante político de Feira de Santana nos anos de 1950.

Meu pai nasceu muito pobre, mas quando morreu era muito rico. Muito rico. Pra Feira (Feira de Santana) ele era muito rico. João (...) Falcão. Ele foi prefeito de Feira. Ele foi prefeito de Feira numa época péssima. Em 54 (1954) pegou funcionários (da prefeitura) com seis, sete meses de salários atrasados. (...) e com 2 dois anos já tava tudo formalizado não devia a ninguém. Meu pai que montou a água em Feira, na época ele trouxe Juscelino Kubitschek pra inaugurar²⁸.

²⁷ Depoimento de José Falcão. São Francisco do Conde, Bahia, 06 de abril de 2004.

²⁸ Depoimento de José Falcão. São Francisco do Conde, Bahia, 06 de abril de 2004.

Na época quando Falcão adquiriu a sede da Usina Dom João, e uma de suas fazendas, pensou em “*transformar em fazenda de gado*”. A idéia não deu certo, e ele investiu na cultura do cacau, “*o cacau nós plantamos (...). Mas eles mandaram umas mudas muito ruins e aqui nunca deu uma boa produtividade. Veio a vassoura de bruxa e aí, pronto*”, salientou Falcão. Quanto aos trabalhadores que permaneceram na Usina Falcão, afirmou que:

Eles (os trabalhadores) fizeram (protesto) pra receber, mas nessa época quem tinha prioridade era o Estado no leilão. Porque o leilão na realidade poderia ter sido feito pra pagar os funcionários. Me parece, não sei se ainda tem hoje, o Estado tem prioridade. Então, o governo foi quem tirou. Então o que sobrou, não ficou nada pra eles. Ficou pro governo, é. Era o que a empresa devia de impostos, né. Porque eu não sei se pagou-se tudo, se deu pra pagar, né? Mas quem ficou com tudo foi o governo. Não foi nada pra o funcionário. Foi tudo pro governo.

Eles querem ser indenizados da casa. Tá morando na casa querem a casa. Não é as ações trabalhistas, é pela casa. Mas é aquilo que eu digo, quando fala e pensa em dá dois mil ou três mil reais pra eles saírem eles querem uma casa de vinte a trinta mil reais. Se eu der uma casa, ele vai querer uma casa muito melhor do que ele mora. Tentei fazer acordo, mas eles não quiseram. Uma vez eu mandei pra lá pra tirem. Não sei saiu (...) um ou dois e a mulher ficou²⁹.

Falcão transfere a responsabilidade com os trabalhadores para o Estado, que na época poderia pagar os funcionários, e assim não fez por causa das dívidas que a empresa havia adquirido. Demonstra também, que tentou estabelecer um acordo com “*a massa falida*”, mas estes recusaram. Segundo os trabalhadores, eles teriam prejuízos, visto que perderiam suas casas e a quantia recebida não seria suficiente para adquirir outra residência. Ao recusar o acordo, foram constantemente pressionados com ordens de despejos, desde que houve o leilão em 1971, até a data que Falcão concedeu entrevista.

²⁹ Depoimento de José Falcão. São Francisco do Conde, Bahia, 06 de abril de 2004.

Até hoje, alguns dos antigos trabalhadores da Usina não deixaram a sede onde funcionava a Dom João. Para Falcão, a situação é problemática, pois não esperava que a resistência em desocuparem a antiga sede “*fosse demorar tanto*”, ou seja, não imaginava que a resistência dos trabalhadores levaria mais de três décadas, conforme mencionou:

E aí, tá o problema. Eu já tentei entrar num acordo, mas numa hora dessa eu vou botar um advogado pra ter que despejar, mas isso vai levar anos. Porque eles vão dizer o quê? Que nasceram, moram aí, não tem pra onde ir.

Não esperei que fosse demorar tanto, mas saber sabia. (...), o pai morre, o trabalhador, fica. O filho, aí casa, morre fica o neto. Eu tenho um caso aqui, inclusive trabalha comigo, largou a mulher, só que ela não saiu, ele tá na casa da outra. Eles não largaram a casa não. E essas casas que eles moram não são deles, pertence a mim. Mas o pessoal não quer sair, tá acostumado, morar aqui de graça né? Aqui tem água, tem luz tem tudo, né.

Outros foram da usina, outros chegaram até depois, ficaram também. Não houve invasão. Trabalharam aqui, depois na hora de sair não saiu. Tentei um acordo, dar um dinheiro (...) e o pessoal não quer. Quando quer é uma casa pra morar [...], coisa de rico, coisa de luxo. (...) Eu dei, ajudei a construir e tal³⁰.

Desse modo, essa fase denominada de “perseguição”, na fala dos trabalhadores, foi caracterizada pelo confronto direto entre trabalhadores e o fazendeiro José Falcão. Vejamos o depoimento da família de um ex-trabalhador da Usina que permaneceu na propriedade até 1982:

- A senhora ficou morando na sede da usina Dom João até 1982. Como era o tratamento de Falcão com vocês e com os outros trabalhadores que continuaram lá?

- Ele perseguia demais! Ele perseguia demais! Queria botar os meninos pra trabalhar. Botava o administrador na porta da gente pra ir chamar os meninos pra trabalhar, pra encher saco de cimentos, trabalhar com cimento (...). Aí, eu dizia: “Não! Os meninos tão estudando! Os meninos tão pequenos, não vão trabalhar!”. Agora quem (...) eles (administrador de Falcão) perseguia e levava pra ir

³⁰ Depoimento de José Falcão. São Francisco do Conde, Bahia, 06 de abril de 2004.

trabalhar, mas esses daqui (os filhos de D. Gildete) nunca trabalharam não.

- E esses meninos recebiam salários?
- Eles ganhavam por produção, pela quantidade de sacos que enchia o adubo pra poder plantar o cacau.
- Pra poder plantar as mudas de cacau. Preparava a terra com adubo, aí vinha com a semente pra poder botar naquele saquinho³¹.

Outro ponto importante e recorrente foi que aqueles que ficaram na sede na Usina “não tinham para onde ir”, e lutaram para legitimar a posse de suas casas:

Porque não tinha pra onde ir. A gente mesmo, ficamos lá. Foi que depois eles entraram num acordo. Aí fizeram um acordo, já dando uma parcela em dinheiro pra a pessoa comprar a casa ou fazer casa. Aí, reuniu todo mundo e não quisemos dinheiro ele. Aí foi que ele (Falcão) entrou com uma ação (...). Então, ele (Falcão) queria que a gente saísse e a gente não saiu. Aí, depois José Falcão entrou aí com um negocio aí, mais com o prefeito daí – que era Claudemiro – foi que eles comprou esse terreno aqui e fez esse *barracão* que deram a gente. Foi um barracão! Só tinha o lugar de dividir o quarto, a cozinha só era daqui até ali. A gente quando chegamos logo aqui que a gente tava com pressa que eles queriam botar pra fora. A gente não tinha pra quem apelar aí,sss pegamos nossos carregos e viemos pra aqui. Dormia todo mundo aqui no chão, viu? Dormia todo mundo no chão. Foi que Deus abençoou a gente porque a gente foi levantando, pedindo ajuda a um, pedindo ajuda a outro porque ele (o filho) não trabalhava. Eu também não trabalhava não tinha pra quem apelar só a Deus, só a Deus. Foi que a gente foi levantando, levantando, pedindo (...) a um vinha, ele (Falcão) deu a metade do material, o filho dele que era muito bom, João Falcão. Que João vinha, todo dia vinha aqui olhar a gente e vinha lá trazia um saco de cimento, trazia uma coisa, trazia outra foi que Deus abençoou a gente, foi que a gente foi suspendendo, foi suspendendo e hoje, a gente tá no céu³².

Em 1982, após diversas tentativas de despejos, a Prefeitura de São Francisco do Conde interferiu no conflito, e, através de uma parceria com José Falcão, construiu casas num pequeno loteamento denominado Nova Esperança, conhecido popularmente como “Aldeia”. O loteamento está localizado em São Francisco do Conde, e nele

³¹ Depoimento de Gildete Santos Pena. São Francisco do Conde, 30 de novembro de 2005.

³² Depoimento de Gildete Santos Pena. São Francisco do Conde, Bahia, 30 de novembro de 2005.

residem cerca de quarenta famílias. Em 1982, cerca de 10 famílias da Usina Dom João, transferiram-se para a nova moradia, e conforme os depoimentos, as casas estavam em condições precárias, e foram denominadas pelos trabalhadores como “barracões”, porque eram pequenas, se encontravam sem rebocos e sem divisões internas. Vejamos.

- Nós nos mudamos pra aqui em 04 de setembro de 1982. A usina fechou em 69 e mudamos pra aqui em 04 de setembro de 1982.

- Quantas famílias vieram de lá pra cá?

- As três primeiras famílias foi minha tia que mora (...) e a outra daqui da ponta. Vinha de um a uma, de dois a dois, às vezes a casa não tava pronta, eles ficavam lá. Porque tinha gente que dizia que só vinha pra cá quando conseguia aprontar a casa, dividir tudo, quarto. Ainda tem gente até hoje em Dom João, que foi da usina. Tem gente até hoje que está em Dom João e tem gente que veio levantar a casa depois dessa reforma que fizeram aqui nessas casas, a Prefeitura fez uma reforma e o povo foi quem suspendeu as paredes.

(...) Então, é perseguição do fazendeiro. Você vê que hoje acabou tudo, eles acabam com as fazendas. Você vê, que os moradores eles (os fazendeiros) fazem um jeito de botar os moradores pra fora. Eles (os fazendeiros) acabam com tudo! Eles compram, eles arrematam e depois botam todo mundo pra fora! E até hoje a Justiça, com esse negócio da Justiça que as pessoas deram queixa na Justiça do trabalho em Santo Amaro até hoje ninguém decidiu nada. Ninguém ganhou nada!³³.

A Prefeitura de São Francisco do Conde, através da gestão de Claudemiro, legalizou a nova moradia, registrando as mesmas em nome das famílias. Entre as famílias dos trabalhadores que aceitaram o acordo e migraram para loteamento Nova Esperança, citamos: Germínio dos Santos, João Barbosa, Gildete Pena, Maria José dos Santos, Noelia Souza, Laurindo dos Santos, Maria Estrella e João dos Santos, dentre outros.

Nós mudamos pra cá acho que foi em 82 (1982). Eu nasci ali na usina, na Rua de Baixo. Todo mundo viveu lá. Lá eu nasci. Mãe casou lá. Mãe faleceu lá. Meu pai já faleceu. Depois que ela abriu

³³ Depoimento de Gildete Santos Pena. São Francisco do Conde, Bahia, 30 de novembro de 2005.

falência, né? Aí fizeram lá um acordo, aí nós viemos pra aqui. Da usina Dom João foi a falência da usina. Ah! Mas nós moramos lá muito tempo ainda. Com a usina fechada. Bom, meu esposo e meu marido, como a maioria do pessoal, saíram pra trabalhar fora, né? E nós ficamos na casa. Ele arrumou serviço fora, foi trabalhar fora. Depois o rapaz (Falcão) comprou a usina, parte da fazenda Dom João e começou a perseguir nós e entrou em acordo com a prefeitura. Na época do Claudemiro. Então, eles indenizou o pessoal porque a usina ficou muito tempo sem pagar. Aí, o prefeito entrou em acordo. Foi o dono da fazenda José Falcão, que queria que nós saíssemos né? Mas ninguém tinha condições de sair. Aí, ficaram lá, ninguém recebeu nada não até hoje³⁴.

Segundo alguns trabalhadores, a Prefeitura de São Francisco do Conde, interferiu na questão por interesses políticos. O prefeito do município na época, Claudemiro, tinha projetos para uma futura reeleição, o que explicaria o interesse do mesmo em resolver a questão:

Estar aqui praticamente foi uma troca porque na época o prefeito Claudemiro, o José Falcão entrou num acordo com ele que dava o dinheiro pra comprar o terreno e a prefeitura entrava com a mão-de-obra. A mão-de-obra no caso, não foi nem pela Prefeitura porque o dinheiro dava pra fazer tudo, que na verdade as casas não eram nem pra ser como foram, como eles fizeram, como eles deixaram. Sem reboco, sem piso, sem dividimento dos quartos, sem nada. Foi feito uma sala assim, tudo aberto. Um barracão! Ai, o que aconteceu. Veio e deu o dinheiro, ele não fez as casas.

Falcão que deu o dinheiro e eles (a Prefeitura) não fizeram as casas como devia ser feito. Eu garanto a você, se fosse um cara como Pascoal, que Pascoal fez umas casas aí, essas casas populares. Pascoal fez essas casas aí, as casas são tudo bonitinha, dividiu tudo, com banheiro, com tanque, com tudo³⁵.

Ao migrarem para a nova residência, os trabalhadores enfrentaram o preconceito e a rejeição por parte dos moradores do loteamento Nova Esperança. Foram apelidados pelos moradores de “*invasores*” e “*índios*”.

³⁴ Depoimento de Noelia Souza. São Francisco do Conde, Bahia, 27 de novembro de 2004.

³⁵ Depoimento de José Joaquim Santos Pena. São Francisco do Conde, 30 de novembro de 2005.

Atualmente, digo em 2008, ainda existem trabalhadores da Usina Dom João residindo na antiga sede, hoje ainda chamada Fazenda Dom João. Nos anos de 2005 e 2006 ao visitar a antiga sede da usina, verifiquei que cerca de 15 famílias de ex-trabalhadores da Usina ainda residem lá. Alguns continuam, juntamente com os filhos, trabalhando para José Falcão. Tertuliano dos Santos, 72 é um desses trabalhadores que foi contratado por Falcão e continua lá até hoje. Sua filha trabalha como doméstica na Fazenda Dom João. Entretanto, existem aqueles que não aceitaram trabalhar para José Falcão, mas que continuam no local. É o caso de um trabalhador rural da antiga Usina, apelidado de Sangangú, um senhor idoso, com 78 anos na época da entrevista cedida, na qual declarou que lá só sai “*depois de morto*”. Sangangú, morou toda sua vida na Dom João e depois que a mesma fechou permaneceu lá, a espera de uma possível indenização.

Sangangú mora sozinho, e se sustenta fazendo “trabalho de limpa”, numa fazenda localizada em São Francisco do Conde. Ao entrar na casa onde mora, que pode ser considerado de extrema pobreza material, fiquei impressionada com as péssimas condições em que vive esse ex-trabalhador da Usina Dom João. O telhado possui muitas telhas quebradas, e quando chove, a casa enche de água. A cama é formada por pedaços de madeiras rachadas, com algumas espumas estraçalhadas e dois lençóis encardidos e rasgados. As águas da chuva que invadem a casa de Sangagú afeta a saúde do mesmo. Segundo Sangagú é comum ele sempre ficar gripado e com problemas respiratórios por causa da água que entra na casa quando chove.

A entrar na minúscula casa, fez questão de mostrar seu fogão: pedaços de lenha agregados numa pequena divisória de tijolos. Na panela bastante desgastada e de cor preta por causa da fumaça, Sangagú cozinha ou esquenta suas refeições. As paredes internas da casa são escuras por causa da fumaça do fogo da lenha. A casa é

dividida em três cômodos: quarto, cozinha e banheiro. Os móveis, um banquinho feito com madeira, a cama de pedaços de madeiras e o “guarda-roupas”, feito com caixas de papelão que acomodam as escassas peças de roupas. Seu Sangagú sempre viveu sozinho. Alguns trabalhadores me contaram que na época em que era jovem na Usina, engravidou uma moça e não quis assumir a paternidade. Ele mesmo me contou com um pouco de lágrimas nos olhos e com dificuldades de falar que tem uma filha, que mora distante e que raramente o visita.

Das vezes em que estive na antiga sede da Usina Dom João, encontrei seu Sangangú sempre com os pés descalços e rachados. Ele é um homem de poucas palavras, que não gosta de falar muito, mas fez questão de mostrar as condições precárias em que vive. Apesar do jeito “carracundo”, foi receptivo à minha visita, e mesmo com poucas palavras, ajudou a montar melhor o quadro sobre o impacto da falência, e posterior venda, nas vidas de homens e mulheres que dedicaram anos das suas vidas ao trabalho açucareiro, em uma Usina, que funcionou desde o início do século XIX.

Nas próximas linhas, vamos conhecer um pouco sobre a história da Usina Dom João, sua estrutura e seus primeiros trabalhadores.

Usina Dom João: história, estrutura e primeiros trabalhadores

A Sociedade Anônima Tourinho Agrícola e Industrial, conhecida por Usina Dom João, situava-se a cerca de cinco quilômetros da parte leste da Vila de São Francisco do Conde, atualmente município da Bahia. Desde o período colonial este município foi um dos distritos canavieiros tradicionais do Recôncavo. São Francisco do Conde, juntamente com Santo Amaro, mais a Freguesia de Santiago do Iguape (atual município de Cachoeira), formavam os distritos açucareiros mais ricos e tradicionais do Recôncavo da Bahia³⁶.

Em termos físicos e geográficos, a Usina Dom João estava localizada à margem de um pequeno caboto, cercado por um manguezal, por onde circulavam embarcações de pequeno porte, como canoas, lanchas e saveiros. O açúcar era transportado através dessas embarcações, que, além disso, serviam como meio de transporte para pessoas e outras mercadorias³⁷.

O surgimento da Usina Dom João se confunde com o contexto de políticas de expansão e modernização instauradas no setor açucareiro do Brasil e do Recôncavo baiano, no final do século XIX e início do século XX. Período este, marcado pelo crescente desaparecimento dos antigos engenhos tradicionais e pelo surgimento das modernas usinas de açúcar, que empregavam tecnologia correspondente à de uma grande indústria³⁸.

³⁶ B. J. Barickman, *Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo baiano (1850-1881)*. Afro-Ásia, n. 21-22, 1998-1999, p. 197.

³⁷ Informações obtidas segundo os depoimentos de Florisval Majestade cedido em Santo Amaro, Bahia, 12 de dezembro de 2004 e confirmadas através de consulta nas Certidões de Registro de Imóveis de Hipotecas nº 1.615, fls. 196, Livro 3-B, 25/10/1910; nº 4.511, fls. 9, Livro 3-G, 01/07/1927; nº 1.896, fls. 135, Livro 3-K, em 03/09/1942; nº 1.995, fls. 170, Livro 3-K, 11/01/1943.

³⁸ Sobre a crise da economia açucareira no Recôncavo nos últimos anos do século XIX. Ver Waldir Freitas Oliveira, A crise da economia açucareira do Recôncavo na segunda metade do século XIX; Kátia Mattoso, Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX; Tatiana Brito de Araújo, Os engenhos centrais e a produção açucareira no Recôncavo baiano, Eu Soo Pang, O engenho central do Bom Jardim na economia baiana: alguns aspectos de sua história, 1875-1891; Bert Barickman, Um

A Certidão de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Santo Amaro revela que a Usina Dom João foi adquirida em 25 de outubro de 1910 pelo “coronel” Rodolpho Gonçalves Tourinho³⁹. Segundo a certidão, a Usina estava em assentada

em terras próprias dos engenhos Dom João (...) tendo o Dom João 545 tarefas de massapé, dividindo-se ao norte com o Engenho Santo Antonio do Riacho das Pedras, ao norte e a este com terras do Engenho Gurgainha e Fazenda Orobó, ao sul com terras do Trapiche Novo e parte do rio Guahyba; ao sudoeste e oeste com o dito rio Guahyba e terras do Engenho Marapé e o Engenho Santo Antonio do Rio das Pedras, vulgarmente conhecido por Macaco, com 1.165 tarefas de terras próprias, por terem sido vendidas 100 tarefas que com aquelas perfaziam 1.265, que outrora tinha o aludido engenho, dividindo-se a oeste e noroeste com o Engenho São Lourenço e Fazenda Candongé e terras do antigo Engenho Brotas, a este com terras do Engenho Bananeiras e do Engenho Gurgainha ao Sul com o Engenho Marapé, Vanique e Antigo São José, benfeitorias, utensílios, machinias, etcetera”⁴⁰

A partir desses registros cartoriais foi possível identificar a Usina Dom João na condição de um antigo engenho de açúcar do século XIX, possuindo fronteiras com outros antigos engenhos. Barickman, em estudo sobre o trabalho escravo, e produção açucareira nos engenhos do Recôncavo baiano no final do século XIX, localizou o Engenho Dom João, como sendo propriedade de Francisco Vicente Viana, e que o referido engenho, além de totalizar 534 tarefas de terras e 38 cativos, possuía também a “*casa-grande no Engenho Dom João, a casa das moendas e as outras instalações para o fabrico de açúcar, móveis domésticos, gado, ferramentas e canaviais já plantados*”⁴¹. Portanto, a partir das fontes inventariadas, evidenciamos que a usina Dom João foi

contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo (1780-1860); SILVA, João Saturnino da. O sistema agro-industrial canavieiro do Recôncavo: uma aproximação sociológica. Dissertação de Mestrado, UFBA, 1973; Renato Novis, A agroindústria do açúcar no Recôncavo da Bahia, Salvador: Associação Comercial da Bahia, 1968.

³⁹ Rodolpho Gonçalves Tourinho nasceu na Bahia, em 06 de fevereiro de 1880 e faleceu em maio de 1959. Foi casado até a sua morte com Francisca Amélia Bahia Tourinho com a qual teve doze filhos.

⁴⁰ Certidão de Registro de Imóveis e Hipotecas nº 1.615. fls. 196, Livro 3-B. Santo Amaro, Bahia, 1 de dezembro de 1910.

⁴¹ Barickman. B. J. “Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo baiano, (1850-1881)”. Afro-Ásia, n. 21-22, 1998-1999, p.177-178.

engenho de açúcar do século XIX. Mais adiante, verificamos que a propriedades pertencentes a mesma também foram engenhos açucareiros.

Em 1910, ano em que a usina Dom João foi adquirida juridicamente por Rodolpho Tourinho funcionavam no Recôncavo 21 usinas de açúcar e engenhos, entre os quais citamos: Engenho Central Bom Jardim (que pertencia à família Costa Pinto e inaugurado em 1880), Central Pojuca (localizado em Catu, e que foi inaugurado em 1880), Central Iguape e Central Rio Fundo, Usina Itapetinguim, Usina Terra Nova, Usina Aliança, Usina São Bento, Usina São Carlos, Usina Passagem, Usina Malembar; Usina Carapiá, Usina Capimirim, Usina Maracangalha, Usina Colônia, Usina Acutinga, Usina Aratu, Usina São Miguel e Usina Pitanga. Parte dessas agroindústrias açucareiras, pertenciam a diversas firmas brasileiras e estrangeiras, como a Companhia Usinas & Terras; Sá Ribeiro & Companhia; Cardoso & Companhia; Bahia Central Sugar Factories & Cia; Manoel Gonçalves & Cia e a Fábrica Central de Pojuca⁴².

A maioria das Usinas do Recôncavo baiano foram constituídas pela fusão do capital de vários proprietários⁴³. A memória de trabalhadores desta pesquisa relaciona também algumas algumas dessas usinas :

Tinha a (usina) Santa Elisa que era do Grupo Magalhães. O Grupo Magalhães tinha várias usinas: Terra Nova, Aliança, São Carlos - que eles chamavam de Botelho. Usina Botelho, mas era a usina São Carlos, compreendeu? Depois tinha a usina São Bento, essa usina era tudo do grupo Magalhães.

Magalhães era Lavouira Indústria e Comércio, era uma empresa muito rica, tinha inclusive usinas em outros estados como a região de Campos (...) depois acabou também. Tem (tinha) a usina

⁴² CUNHA, Joaci. Amargo Açúcar: aspectos da história do trabalho e do capital no Recôncavo açucareiro da Bahia, 1945-1964. Salvador Dissertação de Mestrado em História, UFBA, 1994, p. 37, 64; ARAÚJO, Tatiana Brito de Título: Os engenhos centrais e a produção açucareira no Recôncavo baiano-1875/1909. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, UFBA / FFCH, Salvador, 1983, p. 84.

⁴³ Cunha, Joaci. Amargo açúcar: história do trabalho e do capital no Recôncavo açucareiro da Bahia, 1945-1964. Dissertação de Mestrado, UFBA, 1995. Segundo o autor, no Recôncavo açucareiro a constituição das usinas através da junção de capitais de proprietários descaracterizou o poder absoluto e direto das tradicionais usinas. Poucas foram as usinas que mantinha o controle direto de uma família. Entre estas, o autor destaca a Usina Itapetinguim, como exemplo de empresa sob a administração familiar.

Itapetinguim que pertencia a família Falcão que fechou. E temos a usina Paranaguá e a usina Passagem. Usina Passagem era do Dr. Hernandes Duran (...). Tinha a usina Vitória e subindo aqui tinha a usina Acutinga que é hoje as terras da Acutinga é do Jarbas⁴⁴.

Parte das Usinas do Recôncavo pertenciam a grupos que monopolizavam a produção de açúcar na Bahia. A exemplo, a S.A Magalhães Comércio e Indústria Ltda, proprietária das Usinas Aliança, São Carlos, São Bento e Terra - as quatro maiores do Recôncavo -, foi maior empresa do Norte-Nordeste, e deteve a produção e o monopólio da comercialização do açúcar nos anos de 1920-1960⁴⁵.

A Usina Dom João fugiu a essa regra, visto que se constituiu como uma empresa de administração familiar, cujo o controle soberano e direto foi exercido, durante boa parte de sua existência, pelo patriarca Rodolpho Gonçalves Tourinho.

Rodolpho Gonçalves Tourinho, apesar de não possuir nenhuma patente militar era conhecido por todos como "coronel Rodolpho". Segundo depoimento de sua neta, Ana Francisca Tourinho, ele nasceu na Bahia em 06 de fevereiro de 1880, onde estudou Contabilidade. Em 1899, casou-se com Francisca Soares Bahia, conhecida como Dona Chiquita, com a qual teve doze filhos: Rodolpho Filho, Guilda, Amado, Elza, Célia, Antonieta, Isaura, Itana, Frederico, Hélio, Clóvis e mais que faleceu ainda na infância.

Ainda segundo esse depoimento, a ascendência da família Tourinho remonta à figura de Péricles de Campo Tourinho, Donatário da Capitania de Porto Seguro. No final do século XIX, duas importantes famílias, a família Junqueira Ayres Bahia - proprietária de extensões de terra e de um casarão em Guaíba, na região de Limoeiro, Recôncavo - e a família Tourinho, descendente de Péricles Tourinho, se uniram através

⁴⁴ Depoimento de Agnelo Majestade. Santo Amaro, Bahia, 10 de outubro de 2004.

⁴⁵ Sobre o monopólio do açúcar na Bahia pela S. A Magalhães Comércio e Indústria Ltda, ver Joaci Cunha, Amargo Açúcar: aspectos da história do trabalho e do capital no Recôncavo açucareiro da Bahia, 1945-1964. Salvador, UFBA, Dissertação de Mestrado, 1995, pp. 44-53.

do casamento de Rodolpho Gonçalves Tourinho e Francisca Soares Bahia⁴⁶. Ambos *“tinham uma fazenda em Limoeiro, e essa fazenda vem da Baronesa de Jacuípe, que foi uma mulher extraordinária”*.

Tempos depois, o coronel Rodolpho comprou a Usina⁴⁷. Com a compra da Usina, investiu no cultivo da cana e produção do açúcar, mesmo não tendo experiência no ramo. A partir de então, contratou trabalhadores, e ao poucos foi ampliando seu capital. A certidão de registro de imóveis e hipotecas, de 1927, contém informações detalhadas sobre os bens pertencentes ao coronel Tourinho. Essa documentação é importante para termos dimensão da evolução do capital da Usina. A certidão informa o seguinte patrimônio:

Usina Dom João, assentada em terreno próprio com seu edifício, maquinismos e aparelhos, laboratório, almoxarifado, porto com seus guindastes, oficinas, linhas férreas e telefônicas, material rodante, embarcações para transporte de cana, mel e açúcar, chalets, casas de operários, de trabalhadores, de armazém e balanças para a pesagem de cana, móveis e utensílios, instalações elétricas, etc;

Engenho Dom João, com 545 tarefas de terras de massapé, pastos cercados, com rumos confinantes, conhecido e demarcados (...) com suas plantações de canas, gado e animais de trabalho, veículos e instrumentos agrários, casas para trabalhadores e para as balanças de pesagem de canas;

Engenho Santo Antonio do Riacho das Pedras (conhecido por Macaco), com 1.165 tarefas de terras (...), com seus rumos confinantes conhecidos e demarcados, com suas plantações de canas, gados e animais de trabalho, veículos e instrumentos agrários, casas para trabalhadores e para as pesagens de canas;

Engenho Novo com cerca de 800 tarefas de terras com seus rumos confinantes, conhecidos e demarcados (...) com uma servidão de passagem para a passagem do cabo condutor de energia elétrica em

⁴⁶ Depoimento de Ana Francisca Tourinho em 12 de dezembro de 2004.

⁴⁷ Depoimento de Ana Francisca Tourinho em 30 de março de 2005.

favor da Companhia Brasileira de Energia Elétrica, com suas plantações de canas, gado e animais de trabalho, veículo e instrumentos agrícolas, casas para trabalhadores e para as balanças de pesagem de canas⁴⁸.

A Certidão de Registro de Imóveis e Hipotecas, de 1942, contém mais informações detalhadas sobre a incorporação de bens e imóveis ao patrimônio da Usina, mostrando a incorporação dos:

Engenho Vanique e São José, com seus rumos confinantes conhecidos e demarcados com suas plantações de canas, gados e animais de trabalho, veículos e instrumentos agrários, casas para trabalhadores e balanças para pesagem de canas⁴⁹.

Observando a relação de bens do coronel Tourinho, é possível evidenciar, que, ao longo do período de 1910 a 1942, a Usina aumentou consideravelmente o seu patrimônio, através da compra de fazendas destinadas ao plantio de cana, e da ampliação de máquinas e equipamentos. Nesse período, a Usina, além de sua sede (Dom João) possuía cinco fazendas: Engenho Dom João, Engenho Macaco, Engenho Novo, Engenho Vanique e Engenho Marapé. Todas essas fazendas eram montadas e estruturadas à produção de cana-de-açúcar. Ressaltamos também que as fazendas adquiridas ao longo dos anos pela Usina, foram antigos engenhos de açúcar do Recôncavo. Como exemplo, citamos o Engenho Macaco, que pertencia, no final do século XIX, a Francisco Vicente Viana⁵⁰.

Portanto, evidenciamos um investimento significativo, e, conseqüentemente um aumento no cultivo de cana e produção açucareira. Apesar de não possuir

⁴⁸ Livros de Notas do Tabelião, nº. 4.511, fls. 9, Livro 3-G, 01/07/1927. Cartório de Santo Amaro, Sessão de Registro de Imóveis e Hipotecas.

⁴⁹ Livros de Notas do Tabelião, Livro de Notas do Tabelião, nº 1.896, fls. 135, Livro 3-K, em 03/09/1942. Cartório de Santo Amaro, Sessão de Registro de Imóveis e Hipotecas.

⁵⁰ Fraga Filho, Walter. Encruzilhadas da liberdade: histórias e trajetórias de escravos e libertos na Bahia, 1870-1910. Tese (Doutorado), Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2004, p. 44.

experiência no ramo açucareiro, nos anos que se seguiram a compra, o coronel Tourinho investiu na melhoria e aperfeiçoamento da produção do açúcar e cultivo da cana, aumentando as terras para a plantação, através da compra dos antigos engenhos, comprando máquinas e equipamentos, veículos, e, conseqüentemente aumentando o número de trabalhadores contratados.

Não sabemos com precisão até que ano o coronel continuou a comandar a Usina. Mas, na década de 1940, seus filhos já assumiram o controle dela. Após sua morte, em maio de 1959, o controle acionário passou para um dos seus genros.

Figura 1. Rodolpho Tourinho e sua esposa Francisca Soares Bahia Tourinho (1952).




Após conhecer os primórdios, a estrutura e o patrimônio da Usina, vamos apresentar o perfil daqueles que faziam toda essa estrutura funcionar: os primeiros trabalhadores. O Livro de Registro de Empregados da Usina Dom João, referente ao período de 1935 a 1969, contém cerca de 600 fichas de empregados, e revela o perfil dos trabalhadores contratados e registrados pela Usina nos primeiros anos do seu funcionamento, alguns nascidos ainda com a escravidão em vigência. Vejamos.

Manoel Symphronio Gusmão, nascido em 1893, em São Francisco do Conde, função carapina, casado, pai de seis filhos, foi admitido pela Usina em 18 de março de 1909. Manoel Esperidião da Cunha, nascido em 1881, natural de Santo Amaro, chefe de fabricação, foi admitido na Usina em 5 de fevereiro de 1911. Verificamos também a presença de Braulino Costa Pinto, natural de Santo Amaro, nascido em 1875, função “*cozinhador*”, admitido na Usina em 5 de setembro de 1912; e de André Braz, nascido em 1893, em São Francisco do Conde, admitido no ano de 1914, para a função de oficial mecânico.

Figura 2. Ficha de registro de Manoel Malaquias Lopes, administrador geral. Usina Dom João (1909).

Falecido

Usina de Dom João



REGISTRO DE EMPREGADOS

N.º de Ordem 4 N.º da Carteira Profissional 62176
Serie 99

Nome Manoel Malaquias Lopes.

Filiação Cassiano Lopes e Maria Rufina Lopes.

Idade 58 annos

Data do Nascimento 3 / 11 / 1880 Nacionalidade Brasileira.

Lugar do Nascimento Rio Fundo, Município de São Sebastião

Residência Usina Dom João.

Data de admissão ao serviço 15 / 09 / 1909 Categoria e ocupação habitual Administrador Geral Salario 400\$000

Forma de Pagamento Quinzenal Nomes dos beneficiarios Valeria Ambrosina Lopes, Valdemira Lopes e Maria Gliceria Lopes.

Assinatura do empregado Manoel Malaquias Lopes
P. P. RODOLPHO TOURENDO & CIA.


Assinatura do empregador Rodolpho Bahia Tourinho

Data 15 / 10 / 1938 Data da dispensa 17 de Junho de 1938

Figura 3. Ficha de registro de Manoel Symphronio Gusmão, carapina. Usina Dom João (1909), p. 51.

falecido

Bahia de Todos os Santos



REGISTRO DE EMPREGADOS

N.º de Ordem 54 N.º da Carteira Profissional 62172
Serie 99

Nome Manoel Symphronio Gusmão.

Filiação Antônio Luiz Oliveira e Maria Basília Gusmão.

Idade 45 annos

Data do Nascimento / / 1893 Nacionalidade Brasileiro.

Lugar do Nascimento São Francisco-Estado Bahia.

Residência Usina Dom João.

Data de admissão ao serviço 30 / 9º / 1909 Categoria e ocupação habitual Carapina. Salário 6\$000 diarista, 10/7/940 6,500 - 11

Forma de Pagamento quizenalmente. Nomes dos beneficiários Maria Felippa de Jesus, Alice, Maria do Carmo, Maria José, Aniceto, Aloysio e Rigis Gusmão.

Assignatura do empregado Manoel Symphronio Gusmão
P. P. RODOLFO TORNHEIRO & CIA.

Assignatura do empregador Rodolfo Tornado Tornheiro

Data 15 / 10º / 1938 Data da dispensa de de

Figura 4. Ficha de registro de Manoel Esperidião da Cunha, chefe de fabricação, usina Dom João (1911).

Apastado

Salário de base

REGISTRO DE EMPREGADOS

N.º de Ordem *9* N.º da Carteira Profissional _____
Serie _____

Falecido

Nome *Manoel Esperidião da Cunha.*

Filiação *Manoel Cunha e Maria Joaquina Cunha, Maridos de Manoel Cunha.*

Idade *57* annos

Data do Nascimento *21 / 1.º / 1881* Nacionalidade *Brasileiro.*

Lugar do Nascimento *Cidade de Santo Amaro-Estado da Bahia.*

Residência *Usina Dom João.*

Data de admissão ao serviço *5 / 2.º / 1911* Categoria e ocupação habitual *Chefe de Fabricação.* Salário *200\$000.*

Forma de Pagamento *Quinzenalmente.* Nomes dos beneficiários *Maria de Lourdes, Julieta, Antonieta, Genir, Theresinha, José Alvino e Regina Cunha.*

Assignatura do empregado *Manoel Esperidião da Cunha*
P. P. ROBERTO TOURNEIRO & CIA.

Assignatura do empregador *Roberto Tourneiro*

Data *15 / 10.º / 1938* Data da dispensa *14* de *Outubro* de *1938*